

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020

Institui Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.

EMENDA

Inclua-se, onde couber, na PEC 10 de 2020 o seguinte artigo:

"Art x. Inclua-se, onde couber, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte artigo:

'Art. Y: No exercício de 2020 fica dispensado o cumprimento do regime fiscal previsto nos artigos 106 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.'"

JUSTIFICATIVA

A urgência decorrente da emergência de saúde pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 impõe agilidade nas ações do poder público e aumento da participação do Estado tanto no combate à pandemia quanto no estímulo socioeconômico no pós-crise.

A principal regra fiscal brasileira, contudo, não possui cláusula de escape, isto é, não há previsão de mecanismo para lidar com crises econômicas como a atual e absorver eventuais choques. O Teto de Gastos público é um instrumento de compressão de gastos sem qualquer preocupação com os efeitos socioeconômicos dessa medida. Além de estrangular o orçamento público desde sua elaboração, não abre espaço para alternativas de enfrentamento a crises. É uma das regras fiscais mais rígidas do mundo (senão a mais).

A possibilidade de edição de créditos extraordinários não é suficiente para enfrentar a crise socioeconômica colocada. É preciso que o Estado tenha capacidade financiar políticas e ações, para que não haja um aprofundamento ainda maior da crise.

Não faz sentido, neste momento, buscar soluções para a crise econômica no Orçamento Público, que já foi amplamente comprimido pelo Teto de Gastos públicos. Estimular o conflito distributivo do bolo orçamentário em 2020 não contribuirá nem para a manutenção de serviços públicos essenciais nem para a retomada da atividade econômica.

Como amplamente noticiado na imprensa, diversos países, a exemplo do que ocorreu na crise de 2008, estão apresentando pacotes de estímulo fiscal para conter os efeitos da pandemia e para reativar a economia no imediato pós-crise.

Pela urgência da matéria, propomos esta emenda e pedimos apoio dos nobres pares.

Deputada Fernanda Melchionna
Líder do PSOL